

MONUMENTALIDADE E COMUNIDADE HISTORIOGRÁFICA CONTEMPORÂNEAS: imprensa e história pública nos anos 2020-2023

Monumentality and Contemporary Historiographical Community: Press and Public
History in the Years 2020-2023

Karen Yasmin Gomes Fabrício da Silva⁹

RESUMO

Este trabalho é uma proposta de reflexão desenvolvida ao longo de dois projetos de iniciação científica: o primeiro realizado entre 2021 e 2022, e o segundo em 2023 e 2024, cujo objetivo era compreender como ocorreu o debate público e quais foram os discursos mobilizados por historiadores sobre as contestações de monumentos nos, então, anos da pandemia do vírus *SARS-CoV-2*. Marcado pela iconoclastia contra monumentos estatutuários e edificados herdados dos processos colonizatórios sob uma perspectiva antirracista, os agentes do debate neste período suscitaram discussões sobre política de memória, patrimônio histórico e cultural e democratização de justiça social por meio do acesso à História pública, caracterizado pela presença de metáforas no campo da visualidade e por uma demarcação discursiva da parte dos historiadores.

Palavras-chave: Monumentos; derrubadas; antirracismo; História Pública.

ABSTRACT

This work is a proposal for reflection developed through two scientific initiation projects: the first conducted between 2021 and 2022, and the second in 2023 and 2024. Its objective was to understand how the public debate unfolded and what discourses were mobilized by historians regarding the contestations of monuments during the years of the SARS-CoV-2 pandemic. Marked by iconoclasm against statues and buildings inherited from colonial processes under an anti-racist perspective, the agents of this debate during this period sparked discussions about memory politics, historical and cultural heritage, and the democratization of social justice through access to public history. This was characterized by the presence of metaphors in the field of visuality and by a discursive demarcation on the part of historians.

Keywords: Monuments; demolitions; anti-racism; Public History.

⁹ Graduada em Licenciatura em História (UFRN), bolsista integrante do grupo de pesquisa Espaços, Poder e Práticas Sociais desde 2020. Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/0435977273094550>. E-mail: yasmingomes58@gmail.com



Uma proposta de reflexão sobre desigualdade social, iconoclastia e história pública

Em 2020, o mundo foi acometido por uma pandemia. O novo coronavírus se espalhou rapidamente em escala global, causando problemas nos sistemas de saúde e, naturalmente, nas estruturas econômicas vigentes. Aquele contexto escancarou desigualdades sociais, evidenciando como a pandemia afetou de maneira desigual diferentes grupos sociais, étnico-raciais e econômicos ao redor do mundo (CNJ, 2024).

Naquele período, diversas manifestações públicas surgiram denunciando a violência do Estado contra pessoas não-brancas. A mobilização antirracista foi amplamente inspirada no movimento Black Lives Matter (Vidas Negras Importam), que teve origem em 2014. No entanto, em 25 de maio de 2020, a mobilização social ganhou ainda mais força a partir de um evento trágico ocorrido em Minneapolis, nos Estados Unidos: uma ação policial resultou na morte de George Floyd, um cidadão negro (UOL, 2020).

George Floyd era um homem afro-americano, que foi uma vítima brutal da violência policial, asfixiado no meio da rua, sem qualquer precedente, e em plena pandemia. Os registros do assassinato circularam intensamente pelas redes sociais e pela mídia de massa. A repercussão gerou uma onda de solidariedade, que culminou em atos públicos de grande expressão e impacto em diversas partes dos EUA e do mundo, incluindo o Brasil.

Na sequência desses eventos e no processo de internacionalização do movimento, em 07 de junho, na Inglaterra, em Bristol, um grande ato chamou atenção, na circulação de notícias de que o movimento antirracista local derrubara de uma antiga estátua localizada em uma praça pública. O alvo dessa ação foi a estátua de Edward Colston, personagem do século XVII-XVIII, que é celebrado por seus atos de “filantropia”, mas cuja riqueza fundamentalmente tem origem nos lucros do tráfico negreiro.

Desse momento em diante, houve agressões a outras estátuas associadas à violência colonial. Entre os exemplos estão: a estátua de Leopoldo II, na Bélgica; o monumento ao conquistador espanhol Sebastián de Belalcázar, na Colômbia; e, na Martinica, as estátuas de Joséphine de Beauharnais, esposa de Napoleão Bonaparte, e de



Pierre Belain d'Esnambuc, líder da primeira missão colonial francesa na ilha.

Essa onda de derrubadas mobilizou muitos indivíduos e grupos, que passaram a se posicionar em relação aos monumentos (SANTIAGO, 2022). Nos deparamos, assim, com compartilhamento da autoridade da palavra e da imagem pelos sujeitos históricos. Jornalistas, críticos culturais, críticos de arte, artistas, arquitetos, antropólogos, filósofos, celebridades e historiadores se manifestaram sobre os eventos envolvendo as agressões e derrubadas dos monumentos.

Esse fenômeno pode ser associado ao que Mauad define como "atitude historiadora", uma prática em que diferentes sujeitos — neste caso, em uma imprensa contemporânea e também na cena pública —, participam ativamente do debate público em torno da monumentalidade e de sua relação com a memória histórica e social, em que o passado é recriado em operação visual e os sujeitos inscrevem-se na imagem na condição de testemunhos (MAUAD, 2019). Os sujeitos inserem-se como parte de um processo que reúne passado e futuro, indagando o passado como uma dimensão do presente, onde tradições e comportamentos residuais manifestam-se, como uma plataforma de projeção de futuros.

Compreender, neste sentido e contexto, as aproximações e distanciamentos entre os iconoclasmos atuais e as manifestações históricas da iconoclastia e destruição de monumentos poderá servir como uma maneira de compreender como construir encaminhamentos e orientações no desafio contemporâneo que se impõe que é o repensar da cenografia patrimonial urbana atual. A arte pública monumental se inscreve como uma expressão de história pública, ou seja, da maneira como a sociedade, no espaço público, confere sentido ao passado comunitariamente (SANTIAGO JR., 2020). Este mesmo conjunto de estatuária pode ser (e foi) tomado como testemunho de uma história que se realiza em um “entre-lugar” (HUBERMAN, 2010 apud MAUAD, 2019), na trama espaço-temporal que define a distância entre o passado e o presente histórico. Encurtada esta distância, historiadores, mas também intelectuais de outras categorias profissionais, artistas e ativistas puderam desenvolver interpretações do fenômeno das derrubadas de monumentos como formas de reconhecimento de futuros possíveis.



História pública e autoridade compartilhada da visualidade

A história pública é compreendida como dimensões de um conjunto de ações orientadas pela ciência histórica e pensado para o público, com o público ou pelo público (SANTHIAGO, 2016). Não aleatoriamente, naquele mesmo momento de isolamento social, se configura uma emergência de debates entre a comunidade historiadora, inclusive brasileira, pautada pela reflexão acerca das relações entre história pública e as diferentes dimensões e públicos voltados ao ensino, à história digital, às comunidades, à divulgação histórica e ao museus,

O reconhecimento da história pública como prática reflexiva voltada aos múltiplos públicos (acadêmicos, escolar, comunitário e virtual) e os debates realizados nos últimos anos em eventos científicos, revistas, livros e projetos coletivos são significativos para enfatizar a importância de um posicionamento político no ofício do historiador comprometido cada vez mais com a diversidade de existências e narrativas, com as vulnerabilidades, com as demandas de movimentos sociais e com uma ciência e um ensino mais humanizados. (ROVAI, KOBELINSKI, 2024)

Em torno do estabelecimento de modos de comunicação dialógica e de saberes compartilhados, se questionava, também, as memórias que permeiam a praça pública e a toponímia urbana brasileira, a fim de se refletir e sistematizar conhecimento no diálogo imediato com o monumento, por meio do confronto com artefatos históricos, materiais e representativos, de uma história pública e privilegiada no espaço público.

Na Folha de São Paulo, a historiadora da arquitetura Gisele Beiguelman (2020) fez uma constatação que se tornou uma constante na maioria dos discursos sobre as derrubadas:

Nesse sentido, [as derrubadas] evidenciam a conexão entre a pluralidade de formas de contestação da memória e as reivindicações dos grupos cujas histórias foram (e são) invisibilizadas, e a continuidade desses procedimentos no espectro político atual.



A historiadora utiliza uma metáfora visual, a da “invisibilidade da história”, para descrever e compreender o acontecimento. Essa metáfora foi incidente nos discursos desses outros agentes que remontavam e qualificavam os eventos. Todos eles mobilizaram várias metáforas, sendo a de invisibilidade uma das mais comuns, à qual podemos somar: apagamento da memória, apagamento da história, invisibilidade da estátua, invisibilidade de histórias ou de certos grupos sociais na história.

Entre 2020 e 2021, muitos historiadores foram convidados pela imprensa para esclarecer e elaborar os acontecimentos para a sociedade. Eles opinaram sobre os eventos que ocorreram em outros países e anteciparam a discussão sobre o *que fazer* com a nossa memória monumental. O historiador, nesse debate sobre as agressões, derrubadas e remoção de monumentos, realiza, junto à sociedade, vários usos do passado (SANTIAGO JR., 2020).

Nesse sentido, o primeiro momento da pesquisa indaga: como reagiram os historiadores à onda de protestos durante a pandemia de Covid-19? Quais foram os padrões de aceitação, rejeição e ponderação dos historiadores brasileiros? Quais metáforas foram mobilizadas por eles? Como foi mobilizada a autoridade disciplinar dos historiadores, enquanto “guardiões do passado”, para validar seus discursos?

Os historiadores são profissionais formados em universidades que trabalham com assessoria, curadorias, produção ou ensino de narrativas históricas (FREITAS, OLIVEIRA, 2014). Portanto, sujeitos dotados de uma expertise disciplinar para tratar com os temas da história e da memória. Contudo, os historiadores não são meros analistas, mas atores da recepção e produção do sentido dos monumentos no espaço público. Isso significa que as intervenções dos historiadores e professores de história sobre as derrubadas das estátuas são mais do que “análises” e “interpretações” dos fenômenos. São ações sociais da produção do seu significado no espaço público.

O preâmbulo até aqui mapeado nos conduz ao objetivo central de estudo da primeira fase do nosso trabalho. Tentava-se responder: como os historiadores reagiram às agressões às artes públicas monumentais durante os protestos antirracistas no período da pandemia? Quais foram as atitudes dos historiadores frente à atitude historiadora alheia,



ou, ao impulso historiográfico (BEIGUELMAN, 2018) de alguns, e a iconoclastia evidente de outros? Na primeira etapa da pesquisa (2021-2022), buscamos entender, essencialmente, quais foram os discursos e argumentos utilizados pelos historiadores, os meios pelos quais esse debate circulou, os principais nomes envolvidos e as perspectivas predominantes.

A princípio, inventariamos as intervenções dos historiadores na imprensa e mapeamos seus principais posicionamentos. Os historiadores ocuparam textos de autoria própria; também fizeram participações concedendo entrevistas; ou foram citados em textos de terceiros – especialmente, jornalistas –. Em matérias noticiosas, os jornalistas por vezes se propuseram a fazer resgates históricos sobre a trajetória dos monumentos derrubados, ou (mais comumente) do personagem ali representado, ou do contexto social em que foram erguidos. Frequentemente utilizaram do argumento de historiadores e professores de história para conferir autoridade a seu discurso.

Os agentes envolvidos nos debates expressaram suas opiniões que, para além da dicotomia “derrubar” ou “não derrubar”, puderam qualificar as ações iconoclastas em diversas nuances. Uma delas foi a utilização do conceito de “*anacronismo*” para explicar seu posicionamento. Entre os argumentos mobilizados pelos que qualificaram as derrubadas como ações anacrônicas (o que seria um *problema*), encontram-se acusações aos manifestantes e o poder público de desejarem “*apagar*” a história, ou ainda de “*negacionistas*” de processos históricos.

Neste posicionamento também há aqueles que defendem a permanência das estátuas no espaço público a partir de um deslocamento de seu sentido. Ou seja, a questão deixaria de ser sobre o que a *trajetória* de seu personagem *pode significar* para um grupo social subalternizado na sociedade a qual ele teria pertencido, e torna-se uma elaboração sobre os *valores da sociedade que a ergueu*.

Ainda entre os autores de opiniões “contrárias” à derrubada dos monumentos, identificamos os que qualificaram as ações de agressão às estátuas como verdadeiros atos de “*barbárie*” e “*vandalismo*”. A metáfora “*vandalismo*” aparece de forma mais expressiva em redação de revistas e jornais digitais nos quais se noticiavam os



acontecimentos internacionais. Consorciadas a esta perspectiva, apareceram em larga escala as noções de preservação do patrimônio histórico materializado nas estátuas e de seu valor artístico.

Uma metáfora utilizada por muitos dos autores mobilizados evidenciada de forma ambígua é a de “apagamento” do “passado” (ou da “história”). Ponderando os padrões de aceitação e rejeição dos autores sobre a derrubada dos monumentos, verifica-se que, em mais de um sentido, a ideia de que “a derrubada de um monumento não apaga o passado (ou a história)” foi utilizada tanto para justificar a derrubada de monumentos como política de reparação de memória, quanto para explicar por quais motivos esta medida seria desnecessária, pouco relevante, e até irracional.

Como não havia ocorrido “agressões relevantes” a monumentos nacionais, até aquele primeiro momento, identificamos 3 principais visões acerca do debate a nível internacional: os monumentos referentes a homenagens a sujeitos e grupos sociais associados que promoveram sofrimento em um passado colonial devem ser derrubadas e extintas; a de que devem manter-se os pedestais, para assinalar a preexistência de um monumento “controverso” e suscitar acerca desse fenômeno questionamentos diversos; e a preservação dos monumentos na cena urbana.

Atribui-se às estátuas e às memórias a elas associadas aos diversos grupos na sociedade a capacidade de agir sobre a realidade histórica. Pontua-se que essa operação discursiva esteve vinculada à percepção de que a derrubada de estátuas é uma prática que precisa andar ao lado de elaboração de políticas sociais e ações afirmativas.

Esse debate continua ao longo dos próximos anos. Observamos publicações de dossiês, artigos em revistas, com uma especialização do debate entre os historiadores acadêmicos, realização de eventos com mesas redondas contando, além de professores e pesquisadores em história, com ativistas e representantes dos movimentos sociais.

Na segunda fase (2023-2024), seguiu-se buscando pela presença dos historiadores no debate público sobre monumentos, mas com uma ênfase particular no contexto brasileiro. Nesta etapa tivemos a oportunidade de nos debruçar sobre ações concretas ocorridas no Brasil. O ateamento de fogo à estátua de Borba Gato em São



Paulo, e a pixação no Forte dos Reis Magos m Natal,¹⁰ despertam a atenção dos historiadores e outros agentes sociais, agora em um *outro* momento dessa discussão.

Ao longo da etapa de exploração do material, na busca pelo entendimento do uso das metáforas “invisibilidade”/“invisibilidade”, “escrita/apagamento”, “silenciamento”/“dar voz” e seus derivados, percebemos que, na maioria, há uma sequência, ordenada ou não, de códigos ativadores do discurso – construção de noções de validação das ações celebrativas ou iconoclastas dos monumentos como símbolos da memória/história pública.

Esses códigos são: (1) Contextualização da ação - os agentes fizeram esforços por contextualizar os eventos no tempo, saindo de uma qualificação fácil de designar apenas como “vandalismo” ou “protesto”; (2) Objeto da ação - atribuíram significação às figuras/monumentos que foram celebrados ou alvo de formas de iconoclastia; (3) Agente da ação - identificação de quem, preliminarmente, conferiu sentido à interação/intervenção com o monumento em questão; (4) Qualificação da ação, quanto à sua legitimidade ética e política; (5) Proposta - discussão sobre como interpretar (e o que fazer com) os monumentos, frequentemente organizando uma síntese de reflexão; (6) Síntese da reflexão - resumo das considerações feitas sobre a ação e o monumento; (7) Posicionamento - conclusão ou declaração final a partir da análise realizada.

Nota-se que os historiadores na imprensa e na academia, utilizaram recursos narrativos específicos e semelhantes, criando um sentido lógico, apropriando-se, em diferentes medidas, de noções da área da pesquisa e metodologia históricas, para comunicar noções de *cidadania e memória a partir dos ataques e/ou celebrações a monumentos públicos*. Nossa compreensão é que a qualificação desse debate ocorreu, nos circuitos acadêmicos, e, em diálogo com os movimentos sociais, possibilitaram o avanço do debate no sentido do atendimento das demandas públicas de acesso à democracia plena e justiça por meio do direito à memória pública.

¹⁰ Para saber mais, ver a matéria de Valcidney Soares: SAIBA MAIS. Forte dos Reis Magos é alvo de protesto contra projeto que retira direitos indígenas. Saiba Mais, Natal, 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/09/2023-09-forte-dos-reis-magos-e-alvo-de-protesto-contra-projeto-que-retira-direito-d-os-povos-indigenas/>.



Esses elementos se complementam, visto que as metáforas não surgem de forma isolada, mas em uma rede dinâmica, relacionando-se com os agentes/objetos das ações e possibilidades de propostas qualificadas pelos historiadores. A dimensão da visualidade e o uso de metáforas são meios para acionar o debate e pautá-lo a fim de responder às ansiedades sociais diante da “ameaça de destruição” de um patrimônio que se preserva publicamente a despeito da ineficiência de uma política cultural efetiva de Estado.

Tais disputas ocorrem em um contexto no qual o discurso jornalístico das mídias hegemônicas tende a distanciar-se do caráter político inerente ao debate, tentando cumprir papel meramente “noticiário”, frequentemente moralizador, quando dos eventos de ataques a tais estátuas e edificações. Apesar disso, essas coberturas utilizam um vocabulário preservacionista do “patrimônio histórico”, que opõe “valorização” a “vandalismo” de forma totalizante, acabando por representar uma posição política, envolvendo uma lógica racial e de classe - mesmo que não anunciada.

A cobertura jornalística local sobre a pichação no Forte dos Reis Magos, no dia 7 de setembro de 2023, ilustra bem essa tendência. O evento despertou a atenção da sociedade natalense, destacando a complexidade das disputas sobre o significado e a preservação do patrimônio cultural. Para jornais tradicionais como A Tribuna do Norte, a chamada classificou “Em ato de vandalismo, o Forte dos Reis Magos é pichado em Natal” (TRIBUNA, 2023). Igualmente qualificativo fora a síntese produzida pelo jornalista Bruno Giovanni no destacado blog da cidade Blog do BG:

Quem resolveu aproveitar o feriado de 7 de Setembro para visitar um dos principais pontos turísticos de Natal, o Forte dos Reis Magos se surpreendeu com um ato de vandalismo imundo e vergonhoso. Paredes externas com pichações contrárias ao PL 2903/2023, que trata do marco temporal: “Não ao PL 2903. Aqui é terra indígena”. O Forte dos Reis Magos foi reaberto em dezembro de 2021, após 3 anos fechado para reformas que custaram R\$ 4,3 milhões” (GIOVANNI, 2023)

Essa oscilação entre discursos políticos conservadores repletos de revolta e discursos políticos progressistas plenos de entusiasmo com agressões foi comum, seja o bem cultural atingido uma estátua ou uma edificação.



Os exemplos acima incluem uma discussão correlacionada ao nosso tema, na medida em que o que os historiadores tentaram na esfera pública, qualificar historicamente o debate. Essa disputa não pode esconder que não se trata de uma diferença simples direita x esquerda na desvalorização do patrimônio. Pelo contrário, entre muitos dos autodeclarados progressistas, a defesa do patrimônio assumiu o primeiro plano em relação a uma estratégia que era considerada agressiva porque danificava bens culturais reconhecidos como símbolos públicos. Essa reação permeou todos os momentos de protesto ou destruição de monumentos e estátuas, tanto no Brasil como fora dele.

No Brasil, por exemplo, em 2021, quando do ateamento de fogo à estátua de Borba Gato em São Paulo, o historiador Paulo Garcez Marins, curador do Museu Paulista fez a seguinte declaração ao Portal Uol:

Mais importante que abolir imagens, é nos capacitarmos para discutir essas imagens e outras. Não há possibilidade de nós lidarmos com imagens, sejam elas esculpidas, pintadas, fotográficas, sem que tenhamos em conta o quanto essas imagens são parciais. Ou seja, mais que derrubar um monumento, é importante entender por que ele foi construído, problematizar essa escolha, problematizar o ato de celebrar alguém no passado que hoje é intolerável e, sobretudo, trazer a discussão sobre a construção de memória para o público.

Continua:

Eu não posso simplesmente retirar a estátua de um bandeirante e enterrar junto com isso uma discussão sobre o que é, por exemplo, a destruição de populações indígenas, ou quilombolas, nos séculos 17 e 18, porque essas questões continuam presentes hoje.

Por fim, destacamos: “Enquanto uma estátua de um bandeirante estiver na praça, a discussão sobre a memória dos bandeirantes e o massacre das populações indígenas, isso estará vivo. A partir do momento em que aquilo sai da praça, da rua, da vista, esse assunto pode simplesmente fenecer. Sumir” (MARINS, 2021), diz o curador do Museu do Ipiranga. Sem fazer desqualificar a validade da causa que motiva os “protestos” e



frequentemente sem recorrer ao vocabulário do vandalismo, as metáforas do enterramento e apagamento do passado estão embebidas na noção dupla de esquecimento do passado e desrespeito ao patrimônio cultural.

Sobre o mesmo evento, a historiadora Deborah Neves, especialista em Gestão do Patrimônio Cultural e técnica da Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico da Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, vinculada ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo, mobilizou, em suas declarações nos debates aos quais foi convidada e, mais especificamente, na entrevista concedida à Agência Pública, um discurso pautado no compromisso com a crítica histórica ao monumento, produzindo reflexões que exemplificam o modelo que descrevemos anteriormente como estratégia discursiva básica dos historiadores no debate público:

De um modo geral, aprendemos uma visão na escola como a correta e a única visão sobre a história. E desconstruir mitos é um processo que leva muito tempo. Gerações foram educadas nas escolas com essa perspectiva do bandeirante como herói, como os responsáveis pelo alargamento do território nacional. Eu acho que o grande ponto que está no debate agora é que não existe a tentativa de se negar a história, mas de se observar a história a partir do que ela efetivamente é. (NEVES, 2021);

A historiadora abre o debate a partir da compreensão de que a história, em sua forma pública é tradicionalmente apaziguadora de conflitos e se fundamenta na construção e celebração de mitos, sendo Borba Gato (e sua respectiva estátua) um deles, mas que esses mitos não são “naturais”;

(...) tem a ver com essa construção da ideia de que São Paulo é maior do que o próprio Brasil. (...) Getúlio Vargas tentou acabar com essa ideia das identidades regionais. O próprio Monumento às Bandeiras está construindo lá no Parque do Ibirapuera por ocasião das festividades do Quarto Centenário [da cidade de São Paulo, evento de celebração dos 400 anos do município em 1954], mas, na verdade, sua construção já estava prevista desde os anos 1920, (...) só foi ser construída no Quarto Centenário justamente porque Getúlio Vargas impediu essa construção durante a década de 1930, para evitar regionalismos. Então, esse apego à memória dos bandeirantes também tem a ver com um componente xenófobo, de construção de uma identidade de que São Paulo é maior que o resto, do que o próprio país. (NEVES, 2021)



Neves insere a estátua de Borba Gato em uma série mais ampla de forja e celebração da “identidade paulista”. Em outro momento, no artigo “Por que queimou Borba Gato?” apresentado ao Opera Mundi, a historiadora se refere à estátua como se fosse o próprio Borba Gato: “hoje, depois de muitos avisos antecipados, botaram fogo no Borba Gato.” Outros historiadores, como Marcos Napolitano, também ao Nexo Jornal, o intitula de “Borba Gato de pedra”, entre outras atribuições, que vão desde “estátua em homenagem a Borba Gato” a “genocida bandeirante Borba Gato”.

Neves, assim como outros historiadores, apresenta exemplos históricos de como outras sociedades lidam ou lidaram no passado com estátuas conflituosas no âmbito da memória pública, mas enfatiza a responsabilidade institucional a ser atribuída tanto ao legislativo quanto ao executivo. Defende como alternativa uma contextualização crítica da estátua, mediante consulta pública à sociedade civil.

Neves finaliza propondo uma imagem geral do assunto “[...], isso não significa que temos o desejo de apagar a história como muita gente quer crer nem tratar com anacronismo, ou seja, olhar com os olhos de hoje os atos do passado. A questão é: um monumento em praça pública evoca uma memória a determinada pessoa ou a determinado evento. O ponto é: hoje, nós, enquanto sociedade, queremos continuar rendendo homenagens a esse tipo de memória? Eu acho que essa é a grande pergunta que fica desse embate entre “tacar fogo” na estátua e recuperar a estátua. Eu acho que esse é o grande debate.”

Por fim, como a maioria de seus colegas, Neves realiza o seu posicionamento: “isso não é uma defesa, aqui, do ato em si de incendiar a estátua, mas serve para gente pensar que essas pessoas recorreram a esse expediente porque os meios institucionais estão falhando. Vamos continuar permitindo essa interrupção do debate enquanto tratarmos isso como um dano ao patrimônio e não em um momento de se pensar em que bases e a quem a nossa sociedade continua prestando homenagens” (NEVES, 2021).

Esse exemplo é representativo dos discursos dos historiadores: apresentam posicionamentos, oferecendo análises mais aprofundadas quanto à questão da atualização dos monumentos e ativação de histórias, por meio do exercício de repensar o papel dessas



manifestações de uma política patrimonial-monumental a partir da valoração da herança branco-europeia e de qualificar a memória pública por meio da valorização da pluralidade.

Considerações finais

O tempo presente sempre foi um desafio para a historiografia disciplinada (ARAÚJO, 2022). Se no século XIX a tendência era despolitizar o historiador, nos anos 20 do século XXI, a classe profissional disciplinada, em movimento com as questões correntes em seu tempo, tem se posicionado na disputa pela memória pública. Sua postura não foi só como “guardião da memória”, mas como agente no processo histórico, neste caso, da abertura e qualificação do debate sobre a garantia da cidadania de povos indígenas e negros a partir do entendimento dos movimentos iconoclastas e celebrativos da memória pública de herança colonialista no Brasil.

O emprego de um discurso metafórico a partir de termos conhecidos do debate social, submetido à adaptação qualificada da aplicação do método da pesquisa histórica, delineia um campo discursivo específico produzido pelos historiadores, demarcando suas posições no debate público. Ter historiadores promovendo, publicando e participando de debates na imprensa, eleva o debate para a compreensão da necessidade de uma abordagem crítica e contextualizada dos monumentos.

A discussão sobre história pública e monumentos transcende a preservação do patrimônio cultural desconectado dos interesses coletivos. Tem-se o dever de garantir a justiça e a inclusão social por meio da memória. As disputas envolvendo monumentos proporcionam a revalidação do papel da memória pública na formação da identidade nacional e para revisar os símbolos que pactuamos celebrar. Com base nas análises realizadas, torna-se evidente a necessidade de manutenção do diálogo contínuo em um novo pacto histórico (NAPOLITANO, 2022) e apropriação de uma abordagem crítica, no sentido da reelaboração de uma política de memória nacional, a fim de assegurar que a memória pública seja acessada de maneira cada vez mais justa e democrática.



Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Valdei. Atualizar monumentos e (des)ativar histórias. *In*: BENTIVLOGLIO, Júlio; MENEGUELLO, Cristina.. (Org.). **Corpos e Pedras: estátuas, monumentalidade e história**. 1ed. Vitória: Editora Milfontes, 2022, p. 7-16.

BEIGUELMAN, Giselle. Ataques a monumentos enunciam desavenças pelo direito à memória. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 jun 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/06/ataques-a-monumentos-enunciam-desavencas-pelo-direito-a-memoria.shtml?origin=uol>. Acesso em 3 dez. 2024

BEIGUELMAN, Gisele. Impulso historiográfico. **Revista Select**, ed. 40, pp. 178–191, 2018. Disponível em: https://www.select.art.br/wp-content/uploads/sites/12/2018/09/impulso_historiografico_01102018.pdf. Acesso em: 3 dez. 2024.

CNJ. Pesquisa aponta impacto da pandemia e traz indicadores para basear plano nacional para a saúde. 2024. Disponível em: <https://www.cnj.ius.br/pesquisa-aponta-impacto-da-pandemia-e-traz-indicadores-para-basear-plano-nacional-para-a-saude/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

GEORGE Floyd: como negro morto pela polícia inspira hoje luta antirracista. **UOL Notícias**, 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/reportagens-especiais/george-floyd-como-negro-morto-pela-policia-inspira-hoje-luta-antirracista/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

GIOVANNI, Bruno. Vandalismo: Forte dos Reis Magos amanhece pichado. **Blog do BG**, Natal, 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.blogdobg.com.br/video-vandalismo-forte-dos-reis-magos-amanhece-pichado/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

MAUAD, A. M. Entre tempos e olhares: sobre a noção de testemunho na prática artística de Rosângela Rennó. **História Oral**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 7–30, 2019. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/828>. Acesso em: 3 dez. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. Ainda temos tempo para os heróis? O “bota-abaixo” das estátuas e a crise do pacto histórico nas sociedades contemporâneas. *In*: KAMINSKI, Rosane; NAPOLITANO, Marcos. (Org.). **Monumentos, memória e violência**. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2022, p. 93-119.

NAPOLITANO, Marcos. A guerra às estátuas e a política pública de memória. **Nexo Jornal**, São Paulo, 29 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/a-guerra-as-estatuas-e-a-politica-publica-de-memoria>. Acesso em: 4 jan. 2025.



NEVES, Deborah. Por que queimou Borba Gato? **Opera Mundi**, São Paulo, 24 jul. 2021. Disponível em: [https://operamundi.uol.com.br/opiniao/deborah-neves-por-que-queimou-](https://operamundi.uol.com.br/opiniao/deborah-neves-por-que-queimou-borba-gato/)

[borba-gato/](https://operamundi.uol.com.br/opiniao/deborah-neves-por-que-queimou-borba-gato/). Acesso em: 3 dez. 2024.

PINA, Rute. Apego aos bandeirantes tem fator xenófobo, diz historiadora sobre estátua de Borba Gato. **A Pública**, São Paulo, 29 de julho de 2021. Disponível em: <https://apublica.org/2021/07/apego-aos-bandeirantes-tem-fator-xenofobo-diz-historiadora-sobre-estatuadeborbagato/#tudo-que-%C3%A9-muito-grandioso>. Acesso em: 4 jan. 2025.

ROVAI, Marta; KOBELINSKI, Michel. (org.), **História pública: para quem, para quê, como e com quem?** Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2024. 316 p.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. As metáforas da arte, da história e da iconoclastia: monumentos e debates na imprensa brasileira em 2020. In: KAMINSKI, Rosane; NAPOLITANO, Marcos. (Org.). **Monumentos, memória e violência**. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2022, p. 202-236.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. De São Paulo a Charlottesville: derrubada e questionamento de monumentos como casos de iconoclastia política da história pública. In: ROSA, Rogério; RODRIGUES, Viviane (orgs.). **História Pública e história do tempo presente**. Rio de Janeiro: Letra e Voz, 2021, p. 93-113.

SANTIAGO JR., Francisco das C. F. “**A derrubada, a perspectiva e o antirracismo**”. HHmagazine, Ouro Preto, 17 jun. 2020. Disponível em: <https://hhmagazine.com.br/a-derrubada-a-perspectiva-e-o-antirracismo-sobre-monumentos-caidos/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

SANTHIAGO, Ricardo. Duas palavras, muitos significados: Alguns comentários sobre a história pública no Brasil. In: MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo, SANTHIAGO, Ricardo. **História Pública no Brasil - sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SOARES, Valcidney. Forte dos Reis Magos é alvo de protesto contra projeto que retira direitos indígenas. **Saiba Mais**, Natal, 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://saibamais.jor.br/2023/09/2023-09-forte-dos-reis-magos-e-alvo-de-protesto-contra-projeto-que-retira-direito-dos-povos-indigenas/>. Acesso em: 10 jan. 2025

TRIBUNA do Norte. Em ato de vandalismo, o Forte dos Reis Magos é pichado em Natal. **Tribuna do Norte**, Natal, 7 de setembro de 2023. Disponível em: <https://tribunadonorte.com.br/natal/em-ato-de-vandalismo-forte-dos-reis-magos-e-pichado-em-natal/>. 3 dez. 2024

UOL. ‘Destruir uma estátua não resolve, é preciso discutir a memória’, diz historiador. **Portal Uol**, 11 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2020/06/11/destruir-uma-estatu-nao-resolve-e-preciso-discutir-a-memoria-diz-historiador.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 3 dez. 2024.